

HERMENÊUTICA NO ÂMBITO DA RETÓRICA E LÓGICA ARISTOTÉLICAS

1. A hermenêutica poética, designadamente na época helenística, recolheu as influências da *Retórica* e da *Poética* aristotélicas e da crítica textual da filologia alexandrina, influências estas manifestas, em tom idêntico, na hermenêutica dos textos filosóficos, sobretudo no período entre o I séc. A.C. e o início do III séc. D.C.¹

A retórica aristotélica devido ao seu carácter filosófico, isto é, à sua relação com a dialéctica e a ética², não teve qualquer influência decisiva na retórica antiga. Posteriormente veio a conhecer-se, sobretudo, a “teoria da elocução” (a “retórica restrita” segundo Gérard Genette)³, sendo redescoberta no período da Reforma por razões que a prendem à hermenêutica.

O projecto aristotélico visou institucionalizar a retórica através da reflexão filosófica sobre as técnicas persuasivas e seu objectivo, facultando-lhe dispositivos teóricos que obstassem ao uso inadequado da palavra e da verosimilhança, dissociando-a da sofística e da erística.

Neste sentido, a teoria aristotélica tem como móbil a objectivação da segunda parte do programa platónico⁴. Como réplica da dialéctica (Livro I, 1354a) a retórica estuda o discurso persuasivo que se dirige ao homem enquanto capacidade crítica mas também enquanto mundo de paixão e de costumes, que o orador, segundo as circunstâncias, deve saber estimular. Se a dialéctica era a lógica dos raciocínios possíveis, o persuasivo, definidor da técnica oratória, é correlativo do género somente provável dos raciocínios dialécticos.

Em qualquer discurso, quer se trate do judicial ou político, o orador não se ocupa da verdade científica e da demonstração, mas do verosímil, “do que acontece mais vezes”, do provável, em contraste com o necessário. Nesta sequência, a sua função é a de convencer. A sua arma não é silogismo apodíctico mas o dialéctico, que repousa sobre maiores não certas mais prováveis. Neste sentido será também legítimo afirmar que a função retórica não é a de persuadir mas a de revelar os meios aptos à persuasão.

Duma forma global, o pensamento lógico estava subordinado a um raciocínio apodíctico e a um raciocínio não necessário. Esta perspectiva lógica implica um

¹ P. Hadot, “Théologie, exégèse, révélation, écriture, dans la philosophie grecque”, in M. Tardieu (org.), *Les Règles de l'interprétation*, Paris, Cerf, 1987, pp. 14-23.

² Cf. *Rhétorique*, trad. De M. Dufour e A. Wartelle, Paris, Belles Lettres, 1980.

³ “Rhétorique restreinte”, *Communications*, Paris, 1970, n.º 16.

⁴ H.-G. Gadamer, “Rhétorique, Herméneutique et Critique de l'Idéologie”, in *l'Art de Comprendre. Écrits I - Herméneutique et traduction philosophique*, trad. de M. Simon, Paris, Aubier-Montaigne, 1982, p. 126.

horizonte hermenêutico. Quando refere o raciocínio necessário, Aristóteles traduz um pensamento do ponto de vista monológico, o qual reflecte a imutabilidade e a necessidade na óptica do pensamento grego, independentemente da perspectiva dialógica. Ao mesmo tempo verifica o Estagirita que nem sempre se pode partir de dimensões necessárias, devendo contentar-nos com “a admissão daquilo que parece aceitável e que está baseado na opinião⁵”.

Ora o que distingue o método dialéctico-retórico do método apodíctico é o primado da pergunta, ao invés da axiomática. Enquanto os retóricos e os dialécticos se movem na “doxa” própria da vida concreta, os filósofos do “necessário” personificam o ensino do indiscutível. Logo, a dialéctica, a ética e a política são práticas, fundando-se numa situação a debater, ao passo que a analítica é teórica, fundamentada em princípios independentes da situação. Na retórica, a primeira posição é a pergunta, o problema, a discussão. Na analítica, é o indubitável, válido sem qualquer consenso humano.

A lógica hermenêutica ou lógica da situação manifesta, pois, que a sua perspectiva é tópica, como acontece nas ciências que integram o “trivium”, sendo precursora das ciências do homem enquanto lógica do provável. A lógica científica ou lógica da necessidade perspectiva-se na ordem da lógica analítica.

Mas se a retórica é réplica da dialéctica, é, também, ao mesmo tempo, seu distanciamento: como o dialéctico, o discurso retórico partia de premissas prováveis visando um assentimento racional, mas, ao mesmo tempo, não se confundindo com o dialéctico, a retórica tendia a um consenso emotivo, ao propôr-se como uma técnica do auditório. Utilizava, pois, de forma simultânea, provas lógicas e morais, imbricadas entre si.

Por um lado, o orador tinha que conseguir demonstrar através de argumentação irrefutável que as premissas eram maximamente prováveis. Com esse objectivo, a retórica procedia ao inventário dos argumentos já assumidos pela comunidade ou às opiniões dotadas de habitabilidade, na expressão de L. Bornscheuer⁶. Estes recursos constituíam os “tópoi” ou “loci communes” como fórmulas generativas de entimemas ou silogismos retóricos⁷.

Mas, conforme o juízo crítico de L. Bornscheuer, a argumentação dialéctica é diferente da silogística lógico-formal, porque, em oposição ao esqueleto formalizante duma lógica sistemática, abstracta e metodológica das ciências especializadas, o recurso aos “tópoi”, para além da habitualidade, implicava a potencialidade (enquanto possibilidade da força argumentativa da imaginação ou “horizonte de significação” como esboço ou “interpretabilidade polivalente”), o ponto de vista com o escolha por parte da “inventio”, a intencionalidade, enquanto aplicação à situação concreta, e a simbolicidade⁸.

Os “lugares” definem uma espécie de axiomática da discussão, mas na oratória, como na dialéctica, não há nem tópicos científicos nem induções exactas; em vez de silogismo há o entimema, e, em vez da indução, há o exemplo, que são como que um silogismo e uma indução abreviados.

⁵ R. Barilli, *Retórica*, trad. de G. Marinho Dias, Lisboa, Presença, 1984, p. 22.

⁶ L. Bornscheuer, *Topik, Zur Struktur der gesellschaftlichen Einbildungskraft* (Frankfurt/M. 1976), p. 13.

⁷ U. Eco, *A estrutura ausente - Introdução à pesquisa semiológica*, trad. de Pérola de Carvalho, S. Paulo, Perspectiva, 1976, ps. 74-75.

⁸ L. Bornscheuer, op. cit., p. 20-21.

Mas, para além dos “tópoi” como provas técnicas ou lógicas, há as provas extra-técnicas, enquanto recursos a soluções de efeito emotivo certo, ultrapassando o valor comunicacional dos signos.

Logicamente os processos oratórios não dependem apenas do objecto mas do temperamento e das disposições do auditório, a que deverão adaptar-se em vista da sua eficácia.

Do ponto de vista da prova técnica, a retórica liga-se à dialéctica; do ponto de vista da prova extra-técnica liga-se à psicologia prática ou à ética, isto é, ao conhecimento das paixões *pathos* e dos costumes *ethos*, a toda uma estratégia de persuasão. Por isso mesmo Aristóteles divide o discurso não segundo o conteúdo mas segundo a sua relação com a audiência, relação que reflecte as atitudes perante o tempo: o discurso judicial é um juízo sobre o passado, em que se acusa ou defende; o discurso epidíctico é um discurso de elogio ou de louvor, e, incidindo sobre actos contemporâneos, é uma atitude espectadora perante o presente; o discurso deliberativo é um discurso que aconselha ou dissuade constituindo uma deliberação sobre o futuro e que, em Atenas, incumbia à Assembleia do Povo⁹.

Numa palavra: a retórica tem como finalidade coordenar o conceito retórico de persuasão e o conceito lógico de verosímil. A retórica é distinta da filosofia enquanto ordem persuasiva, mas, por outro lado, está solidamente conexionada com a filosofia devido à correlação entre o retórico de persuasão e o lógico de verosímil.

Conforme acentuámos, as gerações posteriores recolheram, sobremaneira, ou quase exclusivamente desta tradição, a “teoria da elocução”.

2. Mais tarde, a teoria de argumentação é reassumida no contexto da reforma estabelecendo-se uma articulação estreita entre a arte de falar e a de ler. Este dado cultural levanta-nos duas perspectivas hipotéticas: a primeira (A) refere-se às possíveis relações entre retórica e filosofia no quadro mítico-lógico grego; a segunda (B) levanta a questão das influências da retórica aristotélica no período áureo da filologia que ocorre na época alexandrina.

A) A retórica aristotélica constituiu um texto que regulava a arte da comunicação oral, implicando um âmbito pessoal de duas dimensões: o locutor e a audiência, que se reflecte modernamente nas concepções do “dramatic speaker” e do “dramatic listener” de Wimsatt¹⁰.

Mas a perspectiva retórica, ao invés da crítica, é uma dimensão pragmática, isto é, a busca dos *pragmata* como busca das coisas comuns (donde as ilações de Teofrasto e da hermenêutica contemporânea de Appel a propósito das dimensões semântica e pragmática da linguagem).

Consequentemente, do ponto de vista da audiência, há um prazer inerente à palavra oral, agindo sobre o público como uma forma de encantamento.

Esta dimensão emocional é uma dimensão mítica da oralidade. A atitude crítica do *logos*, nascerá, entre outras possibilidades, com a leitura, pois que a exposição escrita enuncia uma dimensão que apela à inteligibilidade do sentido.

A partir da escrita, o discurso não age sobre o outro através da força sugestiva e da *mimesis*. O discurso muda de estatuto porque se torna “coisa comum” no sentido

⁹ P. Aubenque, “Aristote et le Lycée”, in B. Parain (dir), Histoire de la Philosophie, vol. I, Paris, Gallimard, 1969, p. 638-639.

¹⁰ P. Ricoeur, Cours sur l'hérmeneutique (policopiado), p. 46-47.

do vocabulário político: não é mais privilégio do que possui o dom da palavra, mas pertence a todos os membros da comunidade. Agora não se trata do persuadir mas de, pelo confronto dialógico, buscar a verdade do texto¹¹.

B) Sem pretender concluir-se pela influência decisiva, tenha-se em conta o seguinte quadro de analogias:

a) a transição da idade ateniense à alexandrina é atribuída a dois discípulos de Teofrasto, Praxifanes (mestre de Calímaco e de Eratóstenes) e Demétrio Faléreo. As concepções retóricas de Demétrio expressam-se na obra “Peri Hermeneias” (“Sobre o estilo”);

b) na sequência de Zenódoto de Éfeso e de Aristófanes de Bizâncio, Aristarco de Samotrácia (220-145 A.C.), não obstante as críticas dirigidas ao 1º, defende o princípio da analogia textual: “é excluída alguma coisa que pareça ser menos conveniente à gravidade dos heróis ou dos deuses”, o que permitiu fossem declarados aprócrifos alguns poemas atribuídos a Hesíodo e eliminados grande número de versos das epopeias homéricas. Fundamentando-se nestas concepções mítico-éticas e no uso linguístico do autor, Aristarco estabelece os textos homéricos com base numa estrutura linguística própria. É neste sentido que Aristóteles afirma ser “Homero o melhor intérprete de si mesmo¹²”.

Esta prática da analogia textual correspondia à teoria do “scopus” no tocante às diversidades do estilo ou do uso da língua, obrigando à abordagem dos escritos como totalidade e, em cada um deles, à leitura do sentido a partir do contexto e da finalidade global da obra;

c) a defesa da interpretação literal, derivada da teoria da linguagem, imutável, própria da analogia textual,¹³ já que o sentido literal era o único possível através do contexto e da finalidade da composição;

d) a utilização da pontuação regulamentada¹⁴, a par do obelisco para as obras duvidosas, e a invenção do acento por Aristófanes de Bizâncio¹⁵;

e) a primeira gramática conhecida, da autoria de Dionísio de Trância, discípulo de Aristarco, e proposta como “o conhecimento directo do que, geralmente, é dito pelos poetas e prosadores¹⁶”, salienta a sua conexão com a retórica na linha também das concepções posteriores de Quintiliano (I, 4, 2): “Recte loquendi scientia et poetarum enarrationem¹⁷” e de Cassiodoro: “Gramatica vero est peritia pulchre loquendi ex poetis illustribus anctoribusque collecta” (Inst. 11, I, 1). Apesar da imprecisão das funções gramaticais, cabe a Dionísio de Trácia o mérito de ter contribuído para a fixação das operações paradigmáticas de abordagem textual wuer no mundo helenístico¹⁸, wuer no mundo ocidental, sob a influência de seu discípulo Tiranião, com a concepção de

¹¹ J. Pierre Vernant, *Mythe et Société en Grèce ancienne*, Paris, François Maspero, 1974, p. 198-200.

¹² *Poética*, trad. (e int) de E. de Sousa, Lisboa, Guimarães Editores, 1964, p. 161, n. 2. Cf J. Pepin, “Allégorie et auto-herméneutique”, in J. Soycher - G. Hottos (orgs.), *Philosophies non chrétiennes et Christianisme*, Bruxelles, Éd. de l'Université Libre, 1984, p. 55.

¹³ B. Snell, *Las fuentes del pensamiento griego*, trad. de J. Vives, Madrid, Rázon y Fé, 1965, p. 154-456.

¹⁴ P. Hadot, a.c., p. 19.

¹⁵ J. Ferguson, *A Herança do Helenismo*, trad. de A. Gonçalves Matoso, Lisboa, Verbo, 1973, p. 116-117.

¹⁶ Cf. Rosiello, “Língua”, *Enc. Einaudi*, vol. II, trad. de G. Maia Vicente, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, p. 85.

¹⁷ E. R. Curtius, *La Littérature européenne et le Moyen - Âge latin*, vol. I, trad. de J. Bréjoux, Paris, P.U.F., 1956, p. 92.

¹⁸ H.I. Marrou, *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité*, Paris, Seuil, 1984, p. 250-259.

Varrão (lectio, emendatio, enarratio, iudicium)¹⁹, a qual, através da “ars grammatica” de Mário Vitorino, se prolonga até à época carolíngia.

3. No sentido profano, hermenêutica é revelada como enunciação, conforme o tratado aristotélico vertido em latim por “De Interpretatione”²⁰ ou pela forma latinizada do termo grego²¹.

Na esteira da polémica platónica com a sofística, desenha-se todo o problema da linguagem (ainda que o “Peri Hermeneias” não constitua o tratado aristotélico mais elucidativo sobre esta temática) como a primeira formulação, na história da filosofia, da teoria da significação²².

Segundo a definição do tratado, “o nome é um som vocal possuindo uma significação convencional sem referência ao tempo e de que nenhuma parte tem significação quando é tomada separadamente” (§ 2, 16 a 19)²³, e “o verbo é o que acrescenta à sua própria significação a do tempo: nenhuma das suas partes significa nada tomada separadamente e indica sempre algo de afirmado de alguma coisa”. (§ 3, 16b5).

Esta dupla relação com o tempo e com o nome exerce-se na proposição; considerado isoladamente, o verbo é comparável a um nome (§ 3, 16b 19).

Doutras passagens são elucidativos os seguintes textos:

“Os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados da alma²⁴ e as palavras escritas os símbolos das palavras emitidas pela voz” (§ 1, 16 a 3).

“Assim como a escrita não é a mesma para todos os homens, também as palavras faladas não são as mesmas, ao passo que os estados da alma, de que estas expressões são imediatamente os signos, são idênticos em todos, como idênticas são também as coisas de que esses estados são as imagens” (§ 1, 16 a 5ss).

Ao caracterizar os sons vocais como simbólicos dos estados da alma, Aristóteles define-os como signos convencionais “nesse sentido em que nada é, por natureza, um nome, mas somente quando se torna símbolo, porque, mesmo quando os sons inarticulados, como os dos animais, manifestam alguma coisa, nenhum deles, entretanto, constitui um nome” (§ 4, 16 b 28).

Se as relações de semelhança entre o pensamento e a realidade, como relações imediatas e naturais, se distinguem das relações de significação entre a linguagem e o pensamento, conclui-se que a enunciação simbólica estabelece com a realidade uma

¹⁹ G. Righi, *Historia de la filología clásica*, trad. de J.M. Garcia de la Mora, Barcelona, Labor, 1967, p. 62.

²⁰ Ammonius, In *Aristotelis de Interpretatione Commentarius*, Berlin, Ed. A. Busse, 1987 (coll. Acad., IV, 5); Boécio, In *librum Aristotelis De Interpretatione libri II*, quer na edição de ML. Vol. 64, pp. 293-638, quer na de C. Meisler, Leipzig, 1877, 1880 (Bibliotheca Teubneriana).

²¹ S. Tomás de Aquino, *Commentaria in Perihermeneias*. Theodor Waitz usa a palavra *Hermeneutica* na edição e comentário do tratado incluído em *Aristotelis Organon Graece*, Pars Prior, Lipsiae, 1844.

²² M. Balmès, *Peri Hermeneias*. *Essai de réflexion du point de vue de la philosophie première sur le problème de l'interprétation*, Fribourg, Éd. Universitaires Fribourg Suisse, 1984, p. 67-93; P. Aubenque, *Le problème de l'être chez Aristote*, Paris, P.U.F., 1966, p. 106; B. Parain, *Recherches sur la nature et les fonctions du langage*, Paris, Gallimard, 1972, p. 241-242.

²³ *Organon*, vol. II, trad. de J. Tricot, Paris, Vrin, 1946-1950. A Torres, «Gramaticalismo e Especulação - A propósito da “Grammatica Philosophica” de Jerónimo Soares Barbosa», *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, 1982, n.º 4, p. 523, traduz: “nome é um som vocal da significação convencional, sem referência ao tempo nem qualquer parte semicamente relevante quando tomada em separado, verbo é aquilo que à própria significação ajunta a de tempo, não tendo além disso valor sémico qualquer segmento isolado e indicando sempre uma coisa dita de outra”.

²⁴ W. Kneale - M. Kneale, *O Desenvolvimento da Lógica*, trad. de M. S. Lourenço, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 46 (“experiências mentais”).

relação convencional, isto é, não natural, e obviamente dissemelhante. As palavras significam sem serem verdadeiramente semelhantes às coisas pois entre nomes e coisas não há semelhança completa: os nomes são em número limitado como a pluralidade das definições, ao passo que as coisas são infinitas em número”. Refut. Sof., § 1, 165 a 10ss)²⁵.

É no âmbito desta tensão da distância e da proximidade da linguagem simbólica que se afirma que o símbolo é mais e menos que o signo: menos, na medida em que a sua utilização implica sempre uma certa arbitrariedade, já que não há nada naturalmente como símbolo; mais, na medida em que a constituição da relação simbólica exige uma intervenção do espírito sob a forma da imposição dum sentido²⁶.

Mas Aristóteles (§ 1, 16 a 9), na sequência de Platão Crátilo 384d), estabelece a diferença entre o sentido de uma palavra e o duma proposição: a palavra substitui ou significa qualquer coisa, a proposição afirma ou nega um predicado ao sujeito ou diz se o sujeito existe ou não. Se o nome ou o verbo são a enunciação simples duma realidade (§ 5, 17 a 17-21), não constituem, entretanto, a afirmação ou a negação dessa realidade: “Quero dizer que, por exemplo, a palavra homem significa, de facto, qualquer coisa, mas não entretanto, que existe ou não; haverá afirmação ou negação só quando se lhe acrescentar alguma coisa” (§ 4, 16 b 28). Este algo mais é a composição ou a divisão dos termos isoladamente significativos, pelos quais se define a proposição. “Com efeito é no caso da aproximação ou da separação que há o verdadeiro e o falso; os nomes e os verbos, por si sós, assemelham-se à concepção sem aproximação nem separação” (§ 1, 16 a 12)²⁷. Sendo assim, a enunciação simples, do ponto de vista lógico, é uma enunciação incompleta porque a sua significação não constitui ainda um juízo, dada a abstracção da existência ou da inexistência da realidade significada (os verbos, que são significativos por si próprios, “ainda não significam que uma coisa existe ou não” (§ 3, 16 b 19)). Por isso mesmo, pode-se significar sem contradição o fictício, precisamente porque a significação dos nomes não julga da existência ou da inexistência das coisas: bode-veado significa alguma coisa mas não é ainda nem verdadeiro nem falso, a não ser que se acrescente que existe ou que não existe” (§ 1, 16 a 16).

O sentido completo de cada uma das palavras, e consequentemente, da sua enunciação, decorre do sentido completo do discurso *logos* na sua dimensão lógica ou proposicional, isto é, na sua formulação de discurso declarativo ou apofântico ou da proposição ou frase susceptível de verdade ou falsidade. Aristóteles distingue, pois, a significação do discurso em geral ou simplesmente enunciativo, que não é proposição, da do discurso como proposição: “O discurso é um som vocal possuindo uma significação convencional, e de que cada parte tomada separadamente, apresenta uma significação como enunciação e não como afirmação ou negação [...]. Todo o discurso tem uma significação não como um instrumento natural, mas [...] por

²⁵ “Aristóteles sugere que são os pensamentos que podem fundamentalmente ser predicados de “verdadeiros” e “falso” ao que parece porque, enquanto as palavras faladas são diferentes para as pessoas diferentes, os pensamentos e as coisas das quais se assemelham são os mesmos para todas as pessoas. A verdade ou a falsidade da palavra falada é derivativa”. W. Kneale - op. cit., p. 46-47; Ammonius, In Arist. De Interpret., 16 a 3,9, Ed. Busse, p. 19, 16-18, distingue a função da representação assumida pelo conceito e a função da significação atribuída à palavra.

²⁶ P. Aubenque, op. cit., p. 108.

²⁷ P. Aubenque, op. cit., p. 111.

convenção. No entanto, todo o discurso não é uma proposição mas somente o discurso em que reside o verdadeiro e o falso, o que não acontece em todos os casos: assim a oração é um discurso, mas ela não é nem verdadeira nem falsa. Deixemos de lado os outros gêneros do discurso: a sua análise é, sobretudo, obra da Retórica e da Poética” (§ 4, 16 b 27-17). O discurso em geral é significativo mas a sua significação não constitui um juízo (tem um sentido completo, mas não na acepção forte da lógica), ao invés do discurso apofântico que, enquanto susceptível de verdade ou de falsidade, é semelhante ou igual à realidade (ainda que essa semelhança seja a da verdade e não a do discurso)²⁸. O discurso apofântico desempenha, pois, duas funções: a designativa, comum às outras formas do discurso, e a da verificação ou falsificação, como sua modalidade específica. Ao contrário do símbolo dissemelhante dos estados da alma, o discurso apofântico expressa relações semelhantes com as coisas e das coisas entre si. Neste sentido “os discursos verdadeiros são semelhantes às próprias coisas” (§ 9, 19 a 33). Se a verdadeira palavra significativa é este discurso composto, onde a dualidade e o entrelaçamento do nome e do verbo constitui a pedra angular do discurso humano, é na função do verbo que a noção de interpretação adquire o seu real dinamismo, visto que ele significa e portanto interpreta, enquanto instrumento de atribuição.

O verbo é uma significação nominal que implica, para além dela, uma significação dupla, ou seja, uma super-significação. Por um lado, significa como nome; por outro, desempenha o duplo aspecto da super-significação pela referência ao tempo presente (enquanto acrescenta à significação do nome e da existência presente) e pela relação predicativa enquanto atribuição ao sujeito.

Neste âmbito, e em comentário a R. Barthes, sublinha Paul Ricoeur: “Le propre de la phrase c’est de faire une synthèse de sens. Or vous n’avez qu’une méthode, c’est l’analytique, c’est à dire que vous manquez constamment le moment synthétique de la phrase qui est la structure de prédication. Parce que la phrase minimale, ce sera toujours un certain opérateur de sens qui, en composant et non plus en divisant (la phrase n’est pas analytique) consiste à dire quelque chose sur quelque chose. Vous trouveriez alors Aristote”²⁹. A hermenêutica coincide com o processo que busca descobrir este dinamismo, isto é, os modos de atribuição do predicado ao sujeito.

Confrontar a perspectiva aristotélica da semântica, distinta da lógica e a da *Metafísica* sobre os vários sentidos do ser e das suas sequelas na teoria puramente lógica e ontológica da univocidade, é prolongar a senda do pensamento interrogativo hermenêutico.

Januário Torgal Mendes Ferreira

²⁸ Cf. W. Kneale-M. Kneale, op. cit., p. 47; V. Descombes, *L’ inconscient malgré lui*, Paris, Minuit, 1977, p. 73-74.

²⁹ “Table Ronde”, in R. Barthes, et al. *Exégèse et Herméneutique*, Paris, Seuil, 1971, p. 261.